

PARTE III

Capítulo 7

**Desenvolvimento de capacidades
para a avaliação ambiental estratégica**

O presente capítulo discute a importância e o papel do desenvolvimento de capacidades na aplicação da AAE, tanto no interior das agências de cooperação para o desenvolvimento, como nos países parceiros. Concentra-se na capacitação em termos de competências e necessidades institucionais, em relação, quer ao desenvolvimento de sistemas de AAE, quer à sua aplicação e avaliação. São também referidos exemplos de iniciativas de capacitação a este nível.

7.1. Qual a necessidade de desenvolvimento de capacidades para a AAE?

A experiência prática na aplicação da AAE tem exposto dois desafios principais:

- Falta de conhecimento entre os decisores e as administrações relevantes, relativamente ao potencial da AAE para a eficácia do desenvolvimento.
- Falta de experiência institucional na utilização de ferramentas de tomada de decisão de uma forma sistemática, como é o caso da AAE.

Estes dois desafios podem ser significativamente enfrentados através da constituição de capacidades para a AAE. Mesmo que um parceiro externo possa apoiar os esforços locais, ele não pode substituir-se aos mesmos. Aquilo que os parceiros externos podem fazer é apoiar o desenvolvimento de capacidades.

Caixa 7.1. Princípios básicos do desenvolvimento de capacidades

1. Não se apressar.
2. Respeitar o sistema de valores e fomentar a autoestima.
3. Sondar localmente e globalmente; reinventar localmente.
4. Desafiar as mentalidades e estimular a diversidade de ideias.
5. Pensar e agir em termos de resultados sustentáveis de capacitação.
6. Estabelecer incentivos positivos.
7. Integrar o apoio em prioridades, processos e sistemas nacionais.
8. Partir de capacidades existentes em vez de criar novas.
9. Manter-se envolvido perante circunstâncias difíceis.
10. Permanecer responsável perante os beneficiários finais.
11. Em todas as etapas, assegurar-se que a capacitação é construída, tanto para melhorar as competências, como para usar os resultados dessas competências. A melhoria da análise sem a capacidade de usar essa análise é de pouca utilidade.

Fonte: Adaptado de Lopes (2003).

Outros princípios importantes de AAE são:

- **Orientação para o produto (resultado) do desenvolvimento:** O objetivo último do reforço de capacidades para a AAE não é conseguir uma AAE “bem feita” mas sim conseguir “melhores” decisões que resultem em contributos para o impacto no desenvolvimento, e para o alcance dos objetivos gerais do desenvolvimento (por exemplo, redução da pobreza, melhoria das condições de vida).
- **Orientação para o sistema:** O desenvolvimento de capacidades não se limita às competências dos indivíduos, mas abarca as organizações, bem como sistemas de interação como são as sociedades (por exemplo, incluindo as partes interessadas, as ONG e as organizações).
- **Orientação para a aprendizagem:** O reforço de capacidades deve ser capaz de melhorar continuamente o processo de tomada de decisão e de implementação, e implica a adoção de mecanismos para aprender a partir da monitorização e avaliação da realidade, assim como de experiências anteriores.
- **Construção de um clima de confiança:** Todos os participantes, e especialmente os decisores, envolvidos no processo de AAE, devem ter a possibilidade de ganhar confiança no potencial e nos benefícios de decisões apoiadas em AAE.

7.2. Mecanismos de desenvolvimento de capacidades para a AAE nos países parceiros

Uma avaliação das necessidades de capacitação irá identificar o tipo de apoio requerido para a AAE, apropriado para um determinado país (por exemplo Caso-estudo 7.1).

Caso-estudo 7.1. Identificação das necessidades de capacitação para o Protocolo de Implementação de AAE da CENUE, em cinco países da Europa Oriental, Cáucaso e região da Ásia Central (ELCAC)

Enquadramento e objetivo

O Centro Regional do PNUD para a Europa e a CEI (Comunidade de Estados Independentes), em conjunto com o Centro Regional de Ambiente para a Europa Central Oriental (*Regional Environmental Centre – REC*) implementaram o projeto regional “AAE – Promoção e Desenvolvimento de Capacidades”. Este projeto auxilia os signatários do Protocolo de AAE da CENUE para a Convenção de Espoo na região ELCAC – Arménia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia (desde 6 de setembro de 2005), assim como Bielorrússia, nos seus esforços para adotarem os requisitos e, eventualmente, ratificarem, o Protocolo de AAE. Durante a primeira fase do projeto (maio – junho de 2004) foram incumbidos consultores nacionais (representantes dos respetivos ministérios do ambiente e/ou de ONG) de empreenderem identificações de necessidades, a fim de aferir o nível de preparação para a implementação do Protocolo de AAE em cada um dos cinco países.

Abordagem

Diferentes partes interessadas (de diversos ministérios, universidades, ONG e institutos de investigação) chegaram a acordo quanto às necessidades de reforço de capacidades durante os workshops nacionais realizados em todos os países do projeto. As avaliações nacionais englobaram:

- Identificação de planos e programas que se inserissem no âmbito do Protocolo de AAE.
- Análise das atuais modalidades de avaliação ambiental existentes.
- Descrição de quaisquer eventuais alterações no quadro legal neste domínio.
- Análise dos pontos fortes e fracos do atual sistema e oportunidades para futuros desenvolvimentos/melhorias.

Caso-estudo 7.1. Identificação das necessidades de capacitação para o Protocolo de Implementação de AAE da CENUE, em cinco países da Europa Oriental, Cáucaso e região da Ásia Central (ELCAC) (continuação)

- Análise dos aspetos prioritários para a implementação do Protocolo.
- Identificação dos principais intervenientes na reforma da AAE.
- Descrição de iniciativas passadas, presentes e futuras para desenvolver capacidades para a AAE no país.
- Análise do nível das consultas efetuadas às autoridades de ambiente e saúde, e ao público, durante o planeamento do processo de AAE.
- Identificação das etapas do processo de planeamento e avaliação ambiental, para as quais as consultas e a participação pública são legalmente exigidas e aplicadas na prática.
- Recomendações para a maior eficácia do projeto do PNUD e do REC; Seleção da atividade mais importante de desenvolvimento de capacidades, para ser implementada num projeto em curso.

Resultados

Foram identificadas as seguintes necessidades de capacitação:

- *Clarificação da definição de termos relacionados com AAE (por exemplo plano, programa e política)* – essencial para prosseguir com o desenvolvimento do sistema de AAE.
- *Desenvolvimento de um quadro legal para a AAE* – quer através do desenvolvimento de novas leis, quer pela alteração das leis existentes; foi detetada a necessidade de harmonizar a legislação entre os países do Cáucaso e com a legislação da UE. Vários países manifestaram a necessidade de apoio nas reformas legais.
- *Desenvolvimento de orientação, metodologias e materiais de formação para a AAE a nível nacional*, para diferentes etapas do processo da AAE.
- *Seminários e workshops de formação em tópicos/aspetos relacionados com AAE*, destinados a diferentes grupos de partes interessadas.
- *Demonstração da AAE através da aplicação em projetos-piloto.*
- *Partilha de aprendizagens entre países, acerca da aplicação da AAE a diferentes procedimentos.*
- *Criação de centros nacionais de AIA/AAE (Arménia e Geórgia)*, responsáveis pela organização de seminários, formação, desenvolvimento de documentos educacionais e metodológicos, campanhas publicitárias, formação integral de especialistas de avaliação ambiental, licenciamento, criação de redes, etc.
- *Desenvolvimento de um sistema de acreditação para a certificação de peritos elegíveis para a realização de AAE.*

Com base na avaliação das necessidades, estão a implementar-se as seguintes atividades de desenvolvimento de capacidades:

- *AAE piloto do Plano Diretor para a Cidade de Yerevan (Arménia) e do Programa de Desenvolvimento Nacional do Turismo (2006-10) (Bielorrússia).*
- *Elaboração do Manual Nacional de Capacitação para a implementação do Protocolo (Geórgia, Moldávia e Ucrânia).*

As conclusões do processo de avaliação das necessidades constituíram a base para o desenvolvimento de estratégias de capacitação para a implementação do Protocolo de AAE, apoiado pelo REC, Secretariado da Convenção de Espoo da CENUE, e PNUD.

Fonte: Dusik et al. (2004).

O apoio ao reforço de capacidades para a AAE pode envolver uma série de atividades (ver Tabela 7.1):

- **Formação técnica** sobre os princípios, potenciais e métodos de AAE. Tendo presente a qualidade dos conteúdos e uma seleção apropriada de participantes, esta constitui uma forma direta de aumentar a capacidade para realizar AAE dentro do país. Os principais grupos-alvo podem ser indivíduos e organizações envolvidos tecnicamente no planeamento, desenvolvimento, avaliação ou gestão ambiental (Caso-estudo 7.2). Para chegar eficazmente a uma vasta audiência, podem ser necessários esquemas de formação de formadores; e formação adaptada, de acordo com os temas ou a aplicação, e as suas questões, funções e necessidades específicas, por exemplo em setores como os transportes ou a energia. Num contexto específico, tem sido produzido, pelo Centro Regional de Ambiente para a Europa Central e Oriental (REC) e pelo Secretariado da Convenção de Espoo, com o apoio da Comissão Europeia e do PNUD, o esboço de um manual de desenvolvimento de capacidades para a AAE, para auxiliar a implementação do Protocolo de AAE da Convenção de Espoo (ver www.unece.org/env).
- **Workshops de consciencialização**, que formem sobre os princípios da AAE (ver Caso-estudo 7.3). Estes podem sensibilizar os decisores (tanto nas agências doadoras como nos países apoiados) para as vantagens de uma tomada de decisão bem informada, no alcance do desenvolvimento sustentável. Podem ajudar os técnicos envolvidos na AAE a refinar e resumir as suas conclusões e a comunicar resultados em termos não-técnicos, de modo a que sejam melhor entendidos pelos decisores.

Tabela 7.1. **Quadro de desenvolvimento de capacidades para a AAE¹**

	Capacidade do sistema	Capacidade institucional	Capacidade humana
Principais elementos	Estruturas dentro das quais as instituições e os indivíduos operam	Capacidade de uma organização para operar eficazmente dentro de um dado sistema	Competência e perícia dos indivíduos, e sua motivação
Objetivos	Desenvolver quadros legislativos e regulamentares gerais Melhorar a coordenação interinstitucional Criar contextos favoráveis ao desenvolvimento de todo o sistema	Melhorar o desempenho das organizações e as capacidades de funcionamento	Mudar atitudes e comportamentos Desenvolver competências Fomentar a motivação a longo prazo e o compromisso
Exemplos de intervenções específicas	Reformas legislativas, políticas e regulamentares Linhas de orientação práticas para auxiliar as interações entre os principais intervenientes no processo de AAE Análises de eficácia para todo o sistema Monitorização	Auditorias institucionais Linhas de orientação para a gestão interna Melhoria das condições de trabalho (por exemplo ferramentas e meios de comunicação)	Formação (sensibilização inicial e desenvolvimento de competências básicas) Desenvolvimento profissional (formação em serviço e aquisição de conhecimentos avançados) Certificação profissional Desenvolvimento de redes
Exemplos de intervenções transversais	Sensibilização para os benefícios das boas práticas Plataformas para debates profissionais e diálogo sobre políticas entre as principais partes interessadas (i.e. redes de profissionais ou conferências regulares para rever e discutir o estado da prática corrente) Projetos-piloto para testar alterações de legislação ou orientação propostas, os quais são implementados como fazendo parte da aprendizagem interinstitucional e envolvem peritos locais através da formação profissional Programas de atribuição de prémios que identifiquem e reconheçam as boas práticas		

1. Adaptado de Dusik et al. 2004.

Caso-estudo 7.2. Curso de formação em AAE na China

Enquadramento e objetivo

A China já introduziu legislação de AAE mas detém pouca capacidade para a implementar. Em resposta, o Instituto do Banco Mundial, a Associação Internacional para a Avaliação de Impactos (AIAI), e outros parceiros internacionais e locais juntaram-se para desenvolver um curso de formação em módulos, sobre AAE. É destinado a funcionários governamentais responsáveis pela realização e implementação de PPP ao nível local, regional e nacional; e a profissionais envolvidos na condução de AAE. A formação está formatada para o ensino à distância e foi preparada em Mandarim.

Resultados

O curso foi ministrado na China durante vários anos, para apoiar a recentemente aprovada Lei de Avaliação Ambiental, a qual exige a aplicação de AAE aos planos. Através da formação de profissionais de ambiente ou de decisores da administração central, o curso promoveu o conhecimento da AAE e a consciencialização para a sua importância. Os formadores receberam formação e irão continuar a difundir o conhecimento da AAE. O curso melhorou as competências dos profissionais de AAE, ao introduzir as experiências e práticas de AAE mais recentes, internacionais e internas, e fomentou as parcerias entre agências governamentais relevantes e institutos de formação, reforçando as suas capacidades.

Para mais informações, consultar www.worldbank.org/wbi/environment/sea.

Caso-estudo 7.3. Desenvolvimento da AAE em Moçambique

Enquadramento e objetivo

A pedido do Ministério para a Coordenação dos Assuntos Ambientais de Moçambique (MICOA), a Comissão Holandesa para a Avaliação de Impacto Ambiental forneceu recomendações para a avaliação ambiental da infraestrutura de transporte de produtos a granel provenientes de uma fundição de titânio em Chibuto, a norte de Maputo. Foi sugerida a realização de uma AAE para proporcionar uma avaliação integral de todos os interesses e, dessa forma, prestar informação para uma decisão sobre a infraestrutura.

Resultado

A influência da AAE no planeamento não é clara. Mas despertou o interesse no seio do MICOA para o potencial papel das abordagens de avaliação no desenvolvimento do planeamento. Como resultado, Moçambique tornou-se um dos países pioneiros a integrar o Programa de Parceria Banco Mundial – Holanda. As partes interessadas (incluindo vários ministérios) concordaram que a AAE deve ser a abordagem preferencial a usar no futuro e que é necessário o desenvolvimento de capacidades. A avaliação das necessidades resultou num plano de ação, incluindo:

- Identificação de uma série de aplicações-piloto de AAE.
- Formação para a consciencialização e desenvolvimento de capacidades para os envolvidos nas aplicações-piloto.
- Avaliação das aplicações-piloto, conduzindo à formulação de recomendações sobre aplicação e linhas de orientação de AAE em Moçambique.

Caso-estudo 7.4. **Iniciativa do PNUD para o desenvolvimento de capacidades de AAE no Irão**

Enquadramento e objetivos

Em 2004, em resposta a um pedido por parte do Irão, o PNUD acordou um projeto com o Departamento Iraniano de Ambiente, intitulado “Estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Avaliação Ambiental Estratégica: possibilitar atividades e capacitação”. A iniciativa ajudará a desenvolver um sistema de AAE no Irão. Encontra-se alicerçado num projeto anterior conjunto, do Governo e do PNUD, o qual estabeleceu linhas de orientação e procedimentos para a AAE.

Abordagem

O novo projeto centra-se em:

- Desenvolver capacidades através do fornecimento de apoio financeiro e técnico, bem como de acesso facilitado, pelas partes interessadas, ao conhecimento e experiência em AAE, com o propósito de estabelecer regulamentações e formação.
- Ajudar a criar um quadro regulamentar nacional para a realização de AAE.
- Criar um clima favorável à concretização de processos claramente definidos e participativos na realização de AAE.
- Criar capacidade técnica dentro do governo, setor privado e intervenientes não governamentais, para conduzir estudos de AAE e analisar relatórios de AAE.

Fonte: www.eiairan.org/SEA/Printable/SEA.htm.

- **Apoio à institucionalização do processo de AAE.** Geralmente, inclui abordagens tais como:
 - ❖ Estabelecimento de quadros regulamentares apropriados (leis, regulamentos, manuais).
 - ❖ Clarificação de responsabilidades (que organização faz o quê dentro da AAE; que partes interessadas estão envolvidas em que direitos?).
 - ❖ Fornecimento de informação ou disseminação do conhecimento (por exemplo, sites de internet e serviços de assistência telefónica com acesso a informação atualizada).
 - ❖ Institucionalização de redes e instâncias de diálogo (por exemplo, grupos de base, comités diretivos e painéis de debate), os quais permitem às partes interessadas (tanto as poderosas como as mais fracas) introduzirem ideias e práticas com vastos benefícios sociais, e que combinam recursos em direção a uma meta comum (ver Caso-estudo 7.5). A experiência mostra que, para o desenvolvimento de capacidades, é melhor trabalhar com instituições já existentes, para os assuntos de AAE, do que criar novas instituições.
- **Apoio aos sistemas de monitorização e avaliação,** os quais verificam se as decisões anteriores sobre PPP alcançaram os resultados aos quais se propuseram. Isto inclui a pesquisa e divulgação pública da informação sobre os resultados da execução das PPP, através de relatórios periódicos de desenvolvimento que incidem sobre sustentabilidade e ambiente (ver Caso-estudo 7.6). Estes relatórios proporcionam apoio a um processo contínuo de responsabilização crescente dos decisores, e guiam o planeamento do desenvolvimento numa direção mais sustentável. Neste sentido, são assumidos parâmetros de referência e metas claros, já que se torna impossível determinar o progresso de outra forma.

Caso-estudo 7.5. Avaliação do potencial para introduzir a AAE no Nepal

Enquadramento e objetivo

- O projeto pretendeu estimular o debate entre diversos ministérios setoriais sobre as ligações pobreza-ambiente no processo de planeamento.
- Foi realizado um Fórum Político informal, durante o qual participantes da Comissão de Planeamento Nacional (*National Planning Commission – NPC*), dos ministérios/departamentos setoriais (Agricultura, Floresta, Indústria, Desenvolvimento Local, Planeamento Físico, Estradas e Ambiente) e observadores doadores, debateram oportunidades de reforçar a consideração das ligações pobreza-ambiente durante o processo do 10º Plano.

Resultados

Esta avaliação concluiu que:

- Existiam vários pontos de entrada para a AAE dentro do processo de planeamento existente: durante a seleção e priorização de programas e projetos; durante a avaliação intercalar do 10º Plano; e durante a preparação e avaliação de planos futuros.
- Várias partes interessadas poderiam ter um papel no desenvolvimento e utilização da AAE, por exemplo a NPC, ministérios setoriais, equipas de planeamento do governo local, o Ministério da População e do Ambiente (MoPE), e partes interessadas públicas, como sejam as ONG.
- Adicionalmente à AAE, seria também útil monitorizar até que ponto os planos, programas e atividades de desenvolvimento estão a responder às questões de pobreza-ambiente.
- Seria necessário criar as capacidades suficientes (tanto em número de funcionários como em competências), no interior das agências relevantes, para desenvolver e aplicar uma abordagem de AAE.
- Seria necessário desenvolver um kit de ferramentas de AAE.
- Seguir-se-ia a realização de uma AAE piloto (e o esboço de indicadores pobreza-ambiente) – possivelmente por um reduzido número de autoridades (por exemplo, Ministérios da Agricultura e da Floresta) e por administrações dos governos locais. Isto iria fornecer a base para a formação e aumento da capacidade, ajudar a melhorar a abordagem e possibilitar a difusão da experiência para uma audiência mais vasta.

Desde que foi efetuada esta avaliação, a situação de conflito no Nepal tem-se agravado, pelo que não tem sido possível levar estas ideias avante.

Fonte: ERM Nepal (2002).

Caso-estudo 7.6. Monitorização dos resultados no setor da água e saneamento na Colômbia

Enquadramento e objetivo

O governo Colombiano aprovou um Decreto Presidencial em 2004, a exigir que as sociedades autónomas regionais, responsáveis pela gestão do ambiente a nível regional, preparassem planos de ação a três anos, englobando compromissos baseados nos resultados. Estes novos planos vêm substituir os anteriores planos a três anos, os quais se focavam sobretudo em compromissos administrativos. Exemplos de compromissos baseados nos resultados incluem indicadores de mortalidade infantil, e incidência de doenças transmitidas pela água. Estes indicadores são consistentes com as conclusões de uma AAE para o setor da água e saneamento, realizada na Colômbia, e conduzida em 2000 pelo Ministério do Desenvolvimento Económico para o Projeto de Apoio à Reforma no setor da Água, financiado pelo Banco Mundial.

Caso-estudo 7.6. **Monitorização dos resultados no setor da água e saneamento na Colômbia** (continuação)

Resultados

Esta AAE assinalou como primeira prioridade a deterioração dos recursos de água, devido ao seu impacto significativo sobre a saúde humana (por exemplo, estima-se que as doenças diarreicas tenham custado USD 315-400 milhões por ano). A constituição de um mecanismo institucional de monitorização e reporte deste género constitui um importante primeiro passo para dirigir a atenção para os resultados do desenvolvimento no setor.

- **O trabalho em rede entre os profissionais para partilha de experiências** possibilita às partes interessadas aprenderem com casos e decisões de AAE anteriores (ver Caso-estudo 7.7). São particularmente úteis abordagens como a compilação de casos ilustrativos de boas práticas, bases de dados de referência, redes de profissionais, ou equipas técnicas para processos de AAE. De um modo geral, os sistemas de feedback são essenciais para a aprendizagem.

Caso-estudo 7.7. **Iniciativa de Sófia em Avaliação Ambiental Estratégica**

Lançada ao abrigo do processo de Ambiente para a Europa, a Iniciativa de Sófia (1996-2003) englobou uma componente de desenvolvimento e utilização da AAE nos países da Europa Central e Oriental (ECO). Ocupou-se dos constrangimentos institucionais e do aumento da capacidade através de um processo regional de autoajuda, e fornece um modelo que pode ser adaptado a uma aplicação mais vasta, ao nível internacional.

As principais componentes incluíram:

- Projetos-piloto de AAE para testar e desenvolver métodos e procedimentos e para realçar boas práticas.
- Materiais informativos para explicar a base lógica da AAE aos planeadores e decisores.
- Orientação prática para explicar os elementos fundamentais da AAE aos profissionais.
- Redes de profissionais de AAE para auxiliar na partilha de lições e na avaliação do desempenho.
- Formação para criar capacidades profissionais de base, para a realização da AAE.

A Iniciativa de Sófia em AAE foi conduzida pela Croácia e pelo Centro Regional de Ambiente para a Europa Central e Oriental, e reuniu de forma sistemática funcionários governamentais encarregues de reformas de AIA/AAE na região. Os participantes definiram em conjunto as necessidades específicas dos países envolvidos, contribuíram para os debates políticos nacionais e regionais sobre a introdução da AAE, testaram novas abordagens de AAE por meio de projetos piloto e partilharam as lições aprendidas, através da divulgação em diversos fóruns internacionais. Muito do valor destes exercícios derivou do intercâmbio profissional e da aprendizagem mútua.

- **Apoio às redes de intercâmbios.** Existem oportunidades para apoiar processos regionais de autoajuda, que criam redes sul-sul de intercâmbio e desenvolvimento profissional, em vez de apenas contarem com peritos do norte para transferir informação ou realizar formações (ver Caso-estudo 7.8). Um exemplo de uma tal abordagem foi o trabalho

realizado no âmbito da Iniciativa de Sófia sobre AAE (ver Caso-estudo 7.7). Noutro caso, o Centro Regional para a Europa do PNUD e a CEI, em conjunto com o Centro Regional de Ambiente para a Europa Central e Oriental (REC) levaram a cabo revisões e workshops de “análise das necessidades”, em termos de criação de capacidades para a AAE na Arménia, Bielorrússia, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia. Estas foram seguidas de atividades de capacitação (implementação de AAE piloto e desenvolvimento de manuais nacionais de capacitação em AAE).

Caso-estudo 7.8. O modelo de nó SAIEA para o apoio à AA

Sedeado na Namíbia, o SAIEA (*Southern African Institute for Environmental Assessment*) é um fundo de ambiente “sem fins lucrativos” que funciona como um nó de coordenação para as boas práticas em AIA, servindo as necessidades dos 14 países da região SADC (*Southern African Development Community*). Insere três áreas de trabalho nucleares, com respeito à AA: investigação, capacitação e orientação, e revisão dos processos de AA dos clientes. O SAIEA é um nó de coordenação bastante eficaz e tem ganho diversos prémios internacionais. Trata-se de um modelo que pode ser duplicado para várias regiões. No entanto, para assegurar o êxito de tais nós, é necessária a existência de serviços de apoio à AA dentro de uma determinada região, a fim de que os mesmos possam ser autossustentáveis.

O SAIEA é também o nó de coordenação da África Austral ao abrigo da iniciativa *Capacity Learning for EIA in Africa – CLEIAA* (Aquisição de Capacidades para a AIA em África) – uma plataforma que coloca em contacto uma série de centros e associações desse género em África, os quais se encontram a experimentar a AAE. O objetivo da CLEIAA é de que, até 2010, todos os países africanos tenham um sistema de AA a funcionar, adaptado às necessidades e capacidades locais.

Nas suas negociações de ajuda ao desenvolvimento com os países parceiros, os doadores podem intensificar a exigência por estes serviços de nós de coordenação, ao desenvolver estratégias de auxílio e promover intervenções que suscitem uma necessidade interna de ajuda e orientação em AAE. Ao longo dos últimos cinco anos, muitos países em desenvolvimento aumentaram a capacidade para a AAE de nível mundial mas esta é ainda limitada. A comunidade doadora deve desenvolver todos os esforços para aproveitar esta capacidade e fomentar o seu desenvolvimento continuado. Só então os objetivos ODM serão efetivamente alcançados.

7.3. Desenvolvimento de capacidades para a AAE nas organizações doadoras

No contexto da AAE na cooperação para o desenvolvimento, a constituição de capacidades não deverá restringir-se ao país parceiro. São tomadas importantes decisões no interior das organizações doadoras, em conexão com as estratégias do país, os programas setoriais, o financiamento de programas, etc. No entanto, a falta de conhecimentos, procedimentos ou sistemas de monitorização podem por vezes conduzir a uma deficiente integração do ambiente nas decisões estratégicas tomadas por organizações doadoras. Para desenvolver uma sólida capacidade para a AAE, as organizações doadoras podem usar diferentes abordagens, muitas das quais semelhantes às utilizadas para construir capacidade para a AAE nos países parceiros:

- **Atividades de formação para os funcionários da instituição doadora** sobre a aplicação da AAE como abordagem para a tomada de decisão estratégica. Os técnicos e a gestão de topo precisam de compreender a necessidade de integrar o ambiente na tomada de decisão e a mais-valia de utilizar a AAE para alcançar este efeito.

- **Linhas de orientação sobre AAE:** Um passo importante no reforço de capacidades para a AAE consiste na enunciação clara de quais os tipos de processos de tomada de decisão da organização doadora que carecem de uma AAE, como deve a mesma ser conduzida e o que deve incluir. Para serem bem sucedidas, as linhas de orientação devem ter em conta as características específicas dos procedimentos de planeamento usados na organização.
- **Apoio à AAE:** O acesso a apoio é muitas vezes crucial para o responsável de programa de uma organização doadora que gere ou conduz uma AAE. Um possível pacote de apoio consiste de checklists que considerem os diferentes itens, e modelos sobre os Termos de referência para a contratação de consultores, etc. Outros exemplos de apoio à AAE são o acesso ao aconselhamento por especialistas dentro da organização doadora ou através de um serviço de assistência telefónica (*helpdesk*) externo. Ver, por exemplo, o Caso-estudo 7.9.
- **Revisões e avaliações sistemáticas:** A criação de um mecanismo de revisão pode constituir uma parte importante da capacidade de uma organização doadora para garantir que o ambiente é inserido nas decisões estratégicas, de acordo com linhas de orientação previamente estabelecidas.

Caso-estudo 7.9. Serviço de Assistência Telefónica sobre AAE da Sida – Universidade de Gotemburgo

Situação

Para aumentar a capacidade de AAE, a Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional Sueca, Sida, recorre a um Serviço de Assistência Telefónica (*Helpdesk*) externo, localizado na Universidade de Gotemburgo. A sua principal função é:

- Prestar assistência à Sida com Avaliações Estratégicas Ambientais em diferentes Estratégias Nacionais. Isto realiza-se por meio de um processo iterativo, no qual o Serviço de Assistência Telefónica fornece à Sida resumos de políticas, aconselhamento e comentários.
- Fornecer aconselhamento geral sobre os principais documentos políticos a serem desenvolvidos pela Sida.
- Participar em eventos de formação para os funcionários da Sida.
- Acompanhar o desenvolvimento internacional em termos de AAE, com o objetivo de incorporar as boas práticas nas operações da Sida.

Uma equipa de base, constituída por especialistas de economia ambiental, conduz os trabalhos no serviço de assistência telefónica. Dependendo de questões específicas, encontram-se envolvidos diferentes recursos humanos, incluindo estudantes de Doutoramento dos países parceiros.

A Sida utiliza ainda um Serviço de Assistência Telefónica de AIA externo, localizado na Universidade de Agricultura Sueca. A sua principal função consiste em rever as avaliações ambientais de projetos e intervenções setoriais apoiados pela Sida.

Resultado

O modelo de Serviço de Assistência Telefónica concede à Sida acesso direto a aconselhamento especializado num curto espaço de tempo. O Serviço de Assistência Telefónica complementa e reforça a capacidade ambiental da Sida.

Para mais informações consultar: www.handels.gu.se/seahelpdesk.

- **Aumento da coordenação entre doadores e troca de experiências sobre a AAE:** Através da intensificação da troca de casos de boas práticas, linhas orientadoras, materiais de formação, etc., é criado valor acrescentado. Adicionalmente, as agências podem ainda participar em eventos destinados a promover a troca de experiências. (Ver Caso-estudo 7.10).

Caso-estudo 7.10. **Experiência de partilha sobre AAE entre doadores**

Cada ano, a Associação Internacional para a Avaliação de Impactos (IAAI) acolhe um encontro internacional, assistido por centenas de profissionais, com ações de formação em AAE, nas quais participam as agências, que aí partilham as suas experiências (www.iaia.org).

A própria Equipa de Trabalho do CAD de AAE tem constituído uma plataforma para reunir e partilhar experiências através de encontros, redes de email e um site para o efeito (www.seataskteam.net), que fornece informação, orientação e materiais.

O Banco Mundial estabeleceu um Programa de Aprendizagem Estruturada (*Structured Learning Program – SLP*) sobre a AAE. Este foca-se na aplicação de abordagens de AAE a operações do Banco Mundial e seus clientes, na relação com outros instrumentos do Banco Mundial, e em formas de acrescentar valor aos resultados por meio da AAE. Inclui um site (www.worldbank.org/sea) que enfatiza estes aspetos, ao mesmo tempo que fornece ligações a outros materiais sobre a utilização mais ampla e a definição de AAE.

7.4. A AAE como um alicerce para o desenvolvimento de capacidades e para as sociedades baseadas na aprendizagem

O desenvolvimento de capacidades baseia-se no aproveitamento e aumento das capacidades existentes. Um primeiro passo consiste na identificação e plena utilização das competências, consultoria e capacidade de investigação nacionais. É importante que se fixe e integre a AAE nas instituições e sistemas nacionais, e que estes sejam robustecidos – evitando-se a tentação de os contornar, ao estabelecer mecanismos novos ou em separado, para a execução da AAE. A experiência tem mostrado que isto, em última análise, conduz a um resultado mais sustentável. Uma capacidade interna frágil não deve ser vista como um argumento para a retirada ou para a prossecução de uma agenda externa. O auxílio técnico deve procurar e apoiar formas inovadoras de promover a liderança do país na constituição de capacidade para a AAE.

A AAE constitui uma abordagem integradora. Ao aplicar a AAE, devem procurar-se elos de ligação com outras abordagens relacionadas com a avaliação e a análise de impactos. Ao mesmo tempo que é necessária capacitação para a aplicação da AAE, a própria AAE fornece o potencial para o desenvolvimento de capacidades na tomada de opções complexas de desenvolvimento/investimento público, relativamente a PPP e grandes decisões de investimento. Isto, por sua vez, reforçará a capacidade para abordar a sustentabilidade ambiental, em particular, e, a um nível mais alargado, a agenda ODM. Por isso, ao auxiliar os países a realizarem a AAE, os doadores podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da capacidade alargado a todo o país. A AAE apoia a boa governação, por exemplo, ao contribuir para a maior responsabilidade das decisões, aumento da participação do público e maior transparência. Noutras palavras, a AAE não é “um fim em si mesma”. Pode ser também catalisadora de um sistema de governação eficaz.

Raramente é necessário, ou desejável, empreender uma abordagem tecnicamente perfeita à AAE. Em muitas situações, as “janelas de oportunidade” surgem onde um apoio rápido e simples pode contribuir para o resultado da AAE. É necessária flexibilidade para aplicar o apoio mais eficaz, por exemplo:

- No decurso de um processo de desenvolvimento DERP, pode surgir a necessidade de uma reflexão mais aprofundada dos aspetos ambientais. Tal pode concretizar-se através do diálogo e do contributo de peritos acerca de algumas opções alternativas mais fundamentadas do ponto de vista ambiental.
- Ou, pode existir a necessidade de introduzir elementos de desenvolvimento sustentável num processo de planeamento rápido, relativo a um plano de reconstrução pós-catástrofe, sem prolongar desnecessariamente o processo. Neste caso, pode ser apropriado concentrar-se numa avaliação dos impactos cumulativos do conjunto dos projetos individuais de reconstrução.

Em todos os casos, requer-se o equilíbrio entre o processo e o produto, utilizando de preferência mecanismos que já se encontrem estabelecidos no país, por exemplo em conexão com AIA relacionadas com o projeto. Consequentemente, o desenvolvimento de capacidades para a AAE deve realçar a importância da flexibilidade na utilização dos elementos e ferramentas mais apropriados para os desafios existentes.

A AAE apoia a tomada de decisão refletida e a implementação de PPP, no momento em que as avaliações e decisões iniciais são analisadas e monitorizadas, para verificar se os objetivos e metas estão considerados e alcançados. Isto, por sua vez, irá contribuir para melhores tomadas de decisão no futuro (ver Capítulo 3). Deste modo, a AAE pode contribuir para a melhoria contínua em direção ao desenvolvimento sustentável. Porém, trata-se de um processo a longo prazo, que exige compromisso e vontade, para aprender com os sucessos e fracassos anteriores.

Mais informação e recursos sobre o desenvolvimento de capacidades, bem como ligações a outros sites úteis, podem ser encontrados em www.seataskteam.net.



From:
Applying Strategic Environmental Assessment
Good Practice Guidance for Development Co-operation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/9789264026582-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2012), “Desenvolvimento de capacidades para a avaliação ambiental estratégica”, in *Applying Strategic Environmental Assessment: Good Practice Guidance for Development Co-operation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264175877-11-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.